

Eleitoras: 94% não se sentem representadas por políticos

A duas semanas do primeiro turno das eleições presidenciais e estaduais, quase cem por cento das mulheres (94%) afirmam não se sentir representadas pelos políticos em exercício. Pesquisa inédita do [Instituto Locomotiva](#), sobre o que pensam as eleitoras brasileiras, aponta mais: 95% delas acreditam que deveria haver mais mulheres na política.

[\(Universa, 28/09/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Os dados completos serão divulgados pelo Instituto nesta sexta-feira, [quando promovem](#), em São Paulo, um debate com as [candidatas à vice-presidência](#), junto com o jornal El País e o apoio da ONU Mulheres e do Ibmecc. Universa também participará da mesa.

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) contabiliza que [52% do eleitorado brasileiro é feminino](#), ou seja, 77 milhões de mulheres podem votar. E são elas que representam 44% da PEA (População Economicamente Ativa), segundo o IBGE. Porém, apenas 10% ocupam o parlamento federal.

Na pesquisa, vê-se que [mais da metade das mulheres](#) (72%) se interessa em algum grau por política, e 55% concordam que a política é o melhor caminho para elas sofrerem menos preconceito. Entre as eleitoras, 76% concordam que seu voto pode fazer a diferença no país.

A grande maioria (90%), no entanto, está desacreditada: [elas não confiam que os políticos](#) pensem nas necessidades da população para tomar suas decisões. E 93% discordam que os políticos atuais procuram ouvir os brasileiros.

Os pesquisadores partiram de uma apuração quantitativa nacional, qualitativa e análise de dados secundários, com pessoas a partir de 16 anos. Foram 2015 entrevistas em 35 cidades, na primeira semana de setembro deste ano.

“Falta de políticas para este público”

Para Maíra Saruê Machado, diretora executiva do Instituto Locomotiva, está claro que as eleitoras não se sentem representadas pela falta de políticas voltadas para este público.

“É o que mais ouço. São elas que mais se preocupam, por exemplo, com a violência ou vaga em creche. E são pautas pouco observadas pelos políticos. Falta esse olhar, falta o candidato compreender e propor leis”, opina.

Maíra observa ainda que o ambiente político dominado pelo homem é um desestímulo para a entrada de mais mulheres nele.

“Vimos mais candidatas a vice-presidente, por exemplo, mas mais do que ser mulher, acho que o importante é ver se a pauta feminina está no debate. Não adianta ter uma cota na campanha política para a mulher se não estimular que ela realmente participe”.

Mulher na política, mas em postos de vice

A determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em maio deste ano, de que 30% do fundo de campanhas sejam gastos em candidaturas femininas, pode ter sido o gatilho para postulantes ao cargo de governador e presidência - homens - desejarem ter mulheres em suas vagas de vice.

Lideranças feministas e especialistas no tema apoiam esse movimento. Mas fazem ressalvas; entre elas, a de que não adianta chamar mulheres apenas para cumprir cota e, nas decisões, não dar voz a elas.

Pela determinação do TSE, ao menos 30% do R\$ 1,7 bilhão do Fundo Partidário reservado para as eleições devem ser gastos em candidaturas femininas. Também ficou decretado que 30% do horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão será destinado a elas.

Importante lembrar que, desde 2009, a lei eleitoral obriga o cumprimento da cota mínima de 30% para o gênero feminino, mas não havia, até agora, a imposição sobre os gastos. Nas campanhas municipais de 2016, segundo o TSE, 14,4 mil candidatas não receberam sequer o próprio voto. A suspeita é

que muitas delas podem ter sido usadas como “laranjas”, apenas para preencher a cota.

Por sugestão do ministro Luís Roberto Barroso, o recurso do Fundo Eleitoral reservado para as campanhas femininas não pode sequer ser doado a outros políticos.

“Pode ter certeza que os partidos só estão convidando mais mulheres por conta da nova determinação. Se não a cumprirem, pagam multa. E há também um monitoramento para que as candidatas não sejam laranjas. Mas é interessante que as mulheres se apropriem dessa prerrogativa porque, a médio e longo prazo, elas terão mais poder dentro dos partidos”, avalia a socióloga Jolúzia Batista, membro do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), sediado em Brasília, que estuda, debate e defende pautas do universo feminino e direitos humanos.

“Presença vexatória”

O cientista político e especialista em marketing Antônio Lavareda classifica como “vexatória” a presença de mulheres no Parlamento e pontua que deve-se olhar esse novo movimento de forma legítima. Ele considera que discutir somente a cota de financiamento “é uma bobagem” e diz que essencial mesmo é aumentar a representatividade na Câmara, que é onde está o problema, na sua visão.

Segundo ele, qualquer esforço é válido para que isso aconteça. Longe das campanhas desde 2010, o marqueteiro ajudou a eleger Roseana Sarney a governadora do Maranhão em 1994 e 1998, além da ex-governadora do Rio Grande do Norte Rosalba Ciarlini, em 2010.

“Mesmo que seja de marketing, uma ação para que se amplie o espaço das mulheres será importante. Quando há maior presença feminina, a política tende a ser mais transparente”, acredita.

Luiza Souto